



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO (FAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**Políticas de privacidade e transparência digitais
(2018.2)**

Prof. Sivaldo Pereira da Silva

I. EMENTA:

O aumento vertiginoso da capacidade de organizações (estatais e empresariais) em monitorar, coletar, processar e também publicar dados tem colocado o tratamento das informações, provenientes dos substratos de processos de comunicação digital, como um novo desafio e uma nova fronteira para políticas regulatórias. Duas faces fundamentais desse fenômeno serão abordadas na disciplina, tendo em vista a complexidade que delas emergem e o impacto social, cultural, econômico e político que estas representam: privacidade e publicidade. São aspectos intimamente vinculados à proteção e promoção de direitos fundamentais e que se desenham na interseção das interações comunicativas contemporâneas.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Concepções clássicas: público versus privado
- Vinculações e diferenças entre privacidade e publicidade
- Genealogia da concepção de direito à privacidade
- Regulação e políticas públicas de privacidade
- Vigilância online e intermediações digitais
- Publicidade e transparência
- Regulação e políticas públicas de transparência
- Governo aberto, Dados abertos e algoritmos
- Fundamentos da Lei de Acesso à informação e internet
- Impactos institucionais da transparência digital
- Processos de comunicação online, violações e promoções de direitos
- Transparência digital e comunicação social

III. OBJETIVOS

Condensar um entendimento crítico e contemporâneo sobre o tratamento de dados no cenário de expansão da comunicação digital, abordando duas faces deste fenômeno: a ideia de privacidade, de um lado, e a ideia de publicidade, do outro. Configurar uma compreensão sobre aspectos regulatórios e de políticas públicas que se erguem no bojo deste fenômeno, os desafios e tendências.

IV. METODOLOGIA

A disciplina está estruturada em duas fases temáticas: (1) Privacidade, comunicação online e direitos; (2) Publicidade, transparência digital e democracia. Em cada módulo os textos-referências servirão de esteio para análises críticas e aprofundamentos teóricos. A dinâmica da aula será organizada com base nas seguintes etapas:

Fundamentação - o docente iniciará as atividades com uma discussão de fundo, contextualizando o tema historicamente e conceitualmente, além de trazer questões centrais que orbitam os textos.

Apresentação - apresentadores (participantes da disciplina destacados para esta função) farão a síntese dos textos-referência, apontando seus principais pontos e expondo a estrutura da argumentação do(s) autor(es).

Relato crítico - relatores (um segundo grupo de participantes) farão a análise crítica dos textos, trazendo questões, indagações e opiniões sobre os artigos ou capítulos de livros em discussão.

Em todo o processo serão estimulados o debate aberto e a livre formulação de ideias. Aqueles que não forem apresentadores nem relatores em determinada aula, deverão também trazer questionamentos para o enriquecimento da discussão. A colocação de questões e análises por parte daqueles que não apresentaram ou não relataram texto em determinada aula é facultativa, porém será objeto de avaliação a título de participação em sala de aula. A leitura dos textos é obrigatória para todos os participantes, independente da função de apresentador ou relator.

Não será solicitada a entrega de texto escrito referente às atividades de apresentador e relator. Serão exigidas apenas a exposição oral e a qualidade no cumprimento dessas funções. A definição de apresentadores e relatores ocorrerá na primeira semana de aula, estipulando-se as datas e as respectivas responsabilidades nominais em cada texto, consolidando-se em um calendário a ser seguido até o final do semestre.

V. PLANO DE AULAS¹

Módulo I: Privacidade, comunicação online e direitos	
1ª AULA	Apresentação e Introdução
2ª AULA	Público, privado e comunicação
3ª AULA	A privacidade enquanto direito: origens e trajetória
4ª AULA	Vigilância digital, privacidade e comunicação online
5ª AULA	Big data, proteção de dados pessoais e democracia
6ª AULA	Políticas de privacidade no mundo: modelos e tendências
7ª AULA	Políticas de privacidade no Brasil
8ª AULA	Lei de Proteção de Dados Pessoais no Brasil: processo, atores e embates
Módulo II: Publicidade, transparência digital e democracia	
9ª AULA	Publicidade e transparência em Teoria Política
10ª AULA	Transparência digital: características e fronteiras
11ª AULA	Políticas de transparência e a comunicação digital
12ª AULA	Dados abertos, transparência e algoritmos (Parte I)
13ª AULA	Dados abertos, transparência e algoritmos (Parte II)
14ª AULA	Aula em laboratório: Manipulando bases de dados abertos (Parte I)
15ª AULA	Aula em laboratório: Manipulando bases de dados abertos (Parte I)
16ª AULA	Seminários (Parte I)
17ª AULA	Seminários (Parte II)

VI. PARÂMETROS AVALIATIVOS

A avaliação será constituída por dois itens (a) *Atividade em sala de aula* e (b) *Seminário de Artigo Final*. No quadro a seguir tem-se o detalhamento, observando os pesos e critérios avaliativos levados em conta na composição final da nota:

Item	Detalhamento	Peso	Crítérios avaliativos
Atividades em sala de aula	Apresentação de texto (20 %)	50%	✓ assiduidade e pontualidade ✓ cumprimento de tarefas ✓ qualidade da intervenção ✓ capacidade analítica
	Relato crítico de texto (20%)		
	Participação em debates (10%)		
Seminário de Artigo Final	Produção e apresentação de artigo acadêmico sobre debates ou fenômenos vinculados ao escopo temático da disciplina (50%)	50%	✓ pertinência temática ✓ estrutura e metodologia ✓ qualidade analítica ✓ aporte teórico

¹ Podem ocorrer eventuais alterações nas datas previstas.

VII. REFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS

ARENDT, Hanna. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Attard, J., Orlandi, F., Scerri, S., & Auer, S. (2015). A systematic review of open government data initiatives. *Government Information Quarterly*, 32(4), 399–418.

BENTHAM, Jeremy. *Da publicidade*. Revista Brasileira de Ciência Política, 6, p. 277-294, 2011.

BORGESIUUS, Frederik J. Zuiderveen, Singling out people without knowing their names – Behavioural targeting, pseudonymous data, and the new Data Protection Regulation. *Computer Law & Security Review: The International Journal of Technology Law and Practice*, 2016.

CHUNA, Soon Ae et al. Government 2.0: Making connections between citizens, data and government. *Information Polity*, 15, p. 1-9, 2010.

CHURCH, E. Mitchell; THAMBUSAMY, Ravi; NEMATI, Hamid. Privacy and pleasure: A paradox of the hedonic use of computermediated social networks. *Computers in Human Behavior*, 77, p. 121-131, 2017

FILGUEIRAS, Fernando. A política pública de transparência no Brasil: tecnologias, publicidade e accountability. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). *Democracia digital: Publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 79-111.

GALLOWAY, Alexander. *Protocol*. How control exists after decentralization. Cambridge: The MIT Press, 2004.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública. *Texto apresentado no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Manaus, 4 a 7 de setembro 2013.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, P.J.; FOOT, Kirsten A. *Media technologies: essays on communication, materiality, and society*. Cambridge: The MIT Press, 2014, p. 167-193.

GURSTEIN, Michael. Open data: empowering the empowered or effective data use for everyone? *First Monday*, 16 (2), 2011.

HELBING, Dirk et al. Will Democracy Survive Big Data and Artificial Intelligence? *Scientific American*, 2017. Disponível em <www.scientificamerican.com/article/will-democracy-survive-big-data-and-artificial-intelligence>

HERT, Paul de; PAPAKONSTANTINO, Vagelis, The new General Data Protection Regulation: Still a sound system for the protection of individuals?, *Computer Law & Security Review: The International Journal of Technology Law and Practice*, 2016.

JANSSEN, Marijn, CHARALABIDIS, Yannis; Zuiderwijk, Anneke (2012). Benefits, Adoption Barriers and Myths of Open Data and Open Government. *Information Systems Management*, 29 (4), 258-268.

LESSIG, Lawrence. Privacy as Proper. *Social Research*, Vol. 69 (1), p. 247-269, 2002.

LYON, David. Surveillance Culture: Engagement, Exposure, and Ethics in Digital Modernity. *International Journal of Communication*, 11, p. 824-842, 2017.

MANTELERO, Alessandro. Personal data for decisional purposes in the age of analytics: From an individual to a collective dimension of data protection. *Computer Law & Security Review: The International Journal of Technology Law and Practice*, 2016.

MÁCHOVÁ, Renata; LNĚNIČKA, Martin. Evaluating the Quality of Open Data Portals on the National Level. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 12 (1), p. 21-41, p. 2017.

Merton, Robert K (1973). *The Sociology of Science: theoretical and empirical investigations*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

O'NEILL, Onora. Transparency and the ethics of communication. In: HOOD, Christopher; HEALD, David (org). *Transparency: the key to better governance ?* Nova York: Oxford University Press, 2006, p.75-90.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55-79.

POSSAMAI, Ana Júlia. Portal brasileiro de dados abertos: Novas práticas para o fortalecimento da democracia e da gestão pública na Era Digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. *Democracia digital, comunicação política e redes: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016.

TAVANI, Herman T. Philosophical theories of privacy: implications for an adequate online privacy policy. *Metaphilosophy*, vol. 38 (1), 2007.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Transparência digital em instituições democráticas: horizontes, limites e barreiras. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGEIRAS, Fernando (Org.). *Democracia digital: Publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 27-54.

SUSHA, I., Zuiderwijk, A., JANSSEN, Marijn & GRONLUND, A. Benchmarks for Evaluating the Progress of Open Data Adoption: Usage, Limitations, and Lessons Learned. *Social Science Computer Review*, 33(5), p. 613-630, 2015.

WANG, Min; JIANG, Zuosu. The Defining Approaches and Practical Paradox of Sensitive Data: An Investigation of Data Protection Laws in 92 Countries and Regions

and 200 Data Breaches in the World. *International Journal of Communication*, 11, p. 3286–3305, 2017.

WIRTZA, Bernd W. & BIRKMEYER, Steven. Open Government: Origin, Development, and Conceptual Perspectives. *International Journal of Public Administration*, p. 1–16, 2015

WOO, Jisuk. The right not to be identified: privacy and anonymity in the interactive media environment. *New Media & Society*, 8(6), p. 949–967, 2006.

REFERÊNCIAS SUPLEMENTARES

AMORIM, Paula Karini D. F.; GOMES, Wilson. O estado da transparência digital das capitais brasileiras: um estudo sobre e-transparência fiscal. Trabalho apresentado no V Encontro da Compolítica. Curitiba, UFPR, 2013.

ASSANGE, Julian et al. *Cypherpunks*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BAMBERGER, Kenneth A.; MULLIGAN, Deirdre K.. Privacy in Europe: Initial Data on Governance Choices and Corporate Practices. *The George Washington Law Review*, 81(5), p. 1529-1664, 2013.

BARUH, Lemi; POPESCU, Mihaela. Big data analytics and the limits of privacy self-management. *New Media & Society*, 2, p. 1–18, 2015.

BATINI, C., CAPIELLO, C., Francalanci, C., & Maurino, A (2009). Methodologies for data quality assessment and improvement. *ACM Computing Surveys*, 41 (3), 1-52..

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: Antoun, Henrique. (Org.). *Web 2.0: Participação e Vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: M53auad X, 2008, P. 167-182.

BUCHMANN, Johannes et al. *Internet Privacy: Options for adequate realisation*. Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIJCK, José van. *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2013.

FERNBACK, Jan; PAPACHARISSI, Zizi. Online privacy as legal safeguard: the relationship among consumer, online portal, and privacy policies. *New Media & Society*, 9(5), p. 715–734, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUCHS, Christian. Social media surveillance. In Stephen Coleman and Deen Freelon (Org). *Handbook of digital politics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing,

2015, p. 395- 416.

GREENWALD, Glenn. *Sem lugar para se esconder*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

GÜZEL BABAN *Digital Surveillance And Social media*. Seattle: Createspace, 2016.

HANSSON, Karin, BELKACEM, Kheira; EKENBERG, Love. Open Government and Democracy: A Research Review. *Social Science Computer Review*, 33(5), p. 540-555. 2015.

HOOD, Christopher. Transparency in historical perspective. In: HOOD, Christopher; HEALD, David. *Transparency: the key to better governance ?* Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 4-23.

HORWITZ, Morton. The history of the public/private distinction. *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 130, p. 1423-1428, 1982.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

KILTIDOU, Despina. Privacy as a Right: History and International Recognition. In: IRMA, Information Science Reference. *Social Media and Networking: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications*, Hershey: IGI Global, 2016, p. 1-10.

LAURSEN, John Christian. The subversive Kant: the vocabulary of "public" and "publicity". *Political Theory*, 14 (4), 1986.

LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Corruption Transparency is not Enough: Making Transparency Effective in Reducing. *International Political Science Review*, 31(3), p. 301–322, 2010.

MAYER-SCHONBERER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2013.

McDERMOTT, Yvonne. Conceptualising the right to data protection in an era of Big Data. *Big Data & Society*, p. 1-7, 2017.

MOVIUS, Lauren B.; KRUP, Nathalie. U.S. and EU Privacy Policy: Comparison of Regulatory Approaches. *International Journal of Communication*, 3, p. 169-187, 2009.

ONU (2017). Órgão das Nações Unidas. *Guide on Lessons for Open Government Data Action Planning for Sustainable Development*. Nova York: ONU, Department of Economic and Social Affairs. Disponível em <http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN97913.pdf> acesso 13 de abril 2018.

PORITZ, J. Who searches the searchers? Community privacy in the age of monolithic search engines. *Information Society*, 23 (5), p. 383-89, 2007.

SAXONHOUSE, Arlene. Classical greek conceptions of public and private. In: BENN, S.I; GAUS, G.F. (Org). *Public and Private in Social Life*. Nova York: St. Martins Press,

1983, p. 363-384.

SCHÄFER, Mirko Tobias; ES, Karin van. *The Datafied Society: Studying Culture through Data*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

SEVIGNANI, Sebastian. The commodification of privacy on the Internet. *Science and Public Policy*, 40, p. 733–739, 2013.

SILVA, Sivaldo P. Algoritmos, comunicação digital e democracia: dimensões culturais e implicações políticas nos processos de Big Data. In: MEHL, João Paulo; SILVA, Sivaldo Pereira da. (Org.). *Cultura digital, internet e apropriações políticas* Experiências, desafios e horizontes. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2017, p. 29-43.

SILVA, Sivaldo Pereira da; SOARES, Ana Thereza Nogueira; RABELO, Leon E. M; TEIXEIRA, Daniel C. Indicadores da política brasileira de dados abertos: análise qualitativa dos datasets do governo federal no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Trabalho aceito para o *I Congresso do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)*. Salvador, UFBA. 2018a.

SILVA, Sivaldo Pereira da; RABELO, Leon E. M; SANTOS, Ébida R. dos; LUCIANO, Mariah S. Parlamento digital, transparência e Dados Abertos: análise qualitativa dos *datasets* da Câmara dos Deputados. Trabalho aceito para o *I Congresso do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)*. Salvador, UFBA. 2018b.

SOLOVE, Daniel J. *Understanding Privacy*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

STEINER, Christopher. *Automate this: how algorithms came to rule our world*. Nova York: Penguin, 2012.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. The right to privacy. In: SCHOEMAN, Ferdinand David (Org.). *Philosophical Dimensions of Privacy: an Anthology*. Londres e Nova York: Cambridge University Press, 1984, p. 75-92.

Informações sobre o docente:

Sivaldo Pereira da Silva é professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UnB. É PhD em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio doutoral na University of Washington (EUA) e pós-doutorado no Poscom-UFBA. Desenvolveu trabalhos como pesquisador visitante no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como consultor da Unesco para aplicação de indicadores de Desenvolvimento da Mídia no Brasil e como pesquisador em estudo internacional apoiado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Desenvolve pesquisas sobre comunicação pública, mídia e opinião pública, políticas de comunicação, regulamentação da comunicação, democracia digital, transparência, privacidade e intermediações digitais. É pesquisador vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD); é coordenador da linha de Políticas Públicas de Comunicação e Cultura do PPG-FAC/UnB e também coordena o Centro de Estudos em Comunicação, Política e Tecnologia (CTPol).

Email: sivaldop@unb.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6885446939439927>

